

DOI: <https://doi.org/10.36470/famen.2026.r7a23>

Recebido em: 26/05/2026

Aceito em: 16/06/2026

## **OS PRIMÓRDIOS DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA NO IFRN-CNAT: MARCOS INICIAIS DA PESQUISA**

### **THE BEGINNINGS OF INCLUSIVE EDUCATION AT IFRN-CNAT: INITIAL MILESTONES OF THE RESEARCH**

**Vanessa Gosson Gadelha de Freitas Fortes**

Orcid: <https://orcid.org/0009-0007-0254-8351>

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/9647201064641910>

Doutora em Educação

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte, Brasil

E-mail: [vanessa.fortes@ifrn.edu.br](mailto:vanessa.fortes@ifrn.edu.br)

**Breno Denis Saraiva Pinheiro**

Orcid: <https://orcid.org/0009-0005-9429-4824>

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/0483054066980218>

Licenciando em Letras Português-Espanhol

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte, Brasil

E-mail: [b.denis@ifrn.edu.br](mailto:b.denis@ifrn.edu.br)

#### **RESUMO**

A disseminação do paradigma da inclusão nas últimas décadas suscita transformações substanciais nas políticas e nos sistemas educacionais para pessoas com necessidades educativas específicas (NEE). Essas mudanças também ocorreram no contexto da Educação Profissional, mais especificamente nos institutos federais – dentre eles o IFRN-CNAT, que vem recebendo, desde 1994, alunos com NEE. Apesar disso, pouco foi registrado sobre a história da educação inclusiva no âmbito dessa instituição, o que dificulta a realização de uma análise mais sistemática da inclusão desses discentes. Diante disso, este estudo analisou, historicamente, o processo de inclusão no Instituto Federal do Rio Grande do Norte – Campus Natal-Central (IFRN-CNAT), destacando os avanços e os retrocessos ocorridos desde 1994. Para alcançar esse objetivo, adotou uma abordagem qualitativa por meio de pesquisa bibliográfica, documental e de campo. Para o desenvolvimento inicial da pesquisa em tela, foi realizada uma coleta de dados através de uma pesquisa bibliográfica sobre a inclusão no âmbito do IFRN. Os resultados preliminares demonstraram que o atendimento aos alunos com NEE transitou de ações integracionistas para as primeiras práticas inclusivas, impulsionadas por políticas internacionais e nacionais e articuladas ao TEC Nep. Concluiu-se que o resgate dessa memória contribui decisivamente para investigações futuras na área e favorece a autoavaliação institucional.

**Palavras-chave:** Educação Inclusiva; resgate histórico; IFRN.

## ABSTRACT

The dissemination of the inclusion paradigm in recent decades sparks substantial transformations in educational policies and systems for people with specific educational needs (SEN). These changes also occurred within the context of Professional Education, more specifically in federal institutes – among them IFRN-CNAT, which has been welcoming students with SEN since 1994. Despite this, little has been recorded about the history of inclusive education within this institution, which hinders a more systematic analysis of the inclusion of these students. Given this, this study historically analyzed the inclusion process at the Federal Institute of Rio Grande do Norte – Natal-Central Campus (IFRN-CNAT), highlighting the advances and setbacks since 1994. To achieve this objective, it adopted a qualitative approach through bibliographic, documentary, and field research. For the initial development of the research at hand, data collection was carried out through bibliographic research on inclusion within the scope of IFRN. Preliminary results demonstrated that the service provided to students with SEN transitioned from integrationist actions to the first inclusive practices, driven by international and national policies and articulated with TEC Nep. It was concluded that recovering this memory decisively contributes to future investigations in the field and fosters institutional self-assessment.

**Keywords:** Inclusive education; historical rescue; IFRN.

## 1 INTRODUÇÃO

A disseminação do paradigma da inclusão nas últimas décadas, em todo o mundo, vem suscitando transformações substanciais nas políticas e nos sistemas educacionais voltadas para a educação das pessoas com necessidades educacionais específicas (NEE), entre as quais estão as que apresentam deficiência. Essa conjuntura tem proporcionado o ingresso desses alunos em diversos níveis e modalidades de ensino. No tocante ao Ensino Médio Integrado, ofertado na modalidade da Educação Profissional, o quantitativo de discentes com deficiência matriculados – segundo dados do Censo Escolar (INEP, 2010)<sup>1</sup> – aumentou consideravelmente, passando de 1.837 alunos em 2009 para 3.251 em 2010.

Diante desse aumento, desenvolveu-se uma série de ações em nível nacional, entre elas a formulação do Programa de Educação, Tecnologia e Profissionalização para Pessoas com Necessidades Educacionais Especiais (TEC NEP). Esse programa surgiu com o objetivo de favorecer o acesso e a permanência de pessoas com NEE nas instituições da Rede Federal de

---

<sup>1</sup> INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA (INEP). *Censo da Educação Básica 2010: resumo técnico*. Brasília: INEP, 2011. Disponível em: <http://portal.inep.gov.br>. Acesso em: 11.jun.25

Educação Profissional e Tecnológica, em parceria com os sistemas estaduais e municipais de ensino, em cursos que abrangem desde a formação inicial e continuada até a pós-graduação. Uma das principais ações promovidas pelo programa consistiu na criação do Núcleo de Atendimento às Pessoas com Necessidades Educacionais Específicas (NAPNE), que visa fornecer apoio didático-pedagógico a alunos e professores, articular ações de pesquisa e extensão na área, promover cursos de capacitação, pesquisar e adquirir tecnologias assistivas, além de realizar adaptações arquitetônicas e de mobiliário nas instituições (Nunes, 2012). Sendo assim, o TEC NEP e o NAPNE buscam garantir a inclusão do aluno com deficiência nos institutos federais em suas diversas instâncias formativas.

É nesse contexto que se inaugurou o NAPNE no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte (IFRN), especificamente no Campus Natal-Central (IFRN-CNAT). Em 2008, o referido campus recebeu em sua comunidade acadêmica trinta e um alunos com NEE, o que desencadeou desafios estruturais, de formação docente e de contratação de recursos humanos. Contudo, os registros realizados por Lima (2018) delimitam que esse processo inclusivo na instituição não se iniciou nesse período, mas sim na década de 1990, com o curso de Lapidação de Pedras Preciosas.

Apesar da relevância dessas vivências e das transformações ocorridas na instituição, como também do NAPNE ao longo dos anos, muitas das ações desenvolvidas carecem de registros formais, o que dificulta o conhecimento e a análise sistemática desse percurso. Diante dessa lacuna, emergiu o interesse em desenvolver um resgate histórico sobre a inclusão no IFRN, tendo como objetivo geral analisar, historicamente, o processo de inclusão no IFRN-CNAT, destacando os avanços e os retrocessos ocorridos desde 1994.

A relevância científico-tecnológica do estudo fundamenta-se na necessidade de realizar o resgate e o registro histórico das práticas inclusivas da instituição. Conforme atesta Martins (2015), para compreender a situação educacional vivenciada pela pessoa com NEE na atualidade, torna-se imprescindível retroceder no tempo e examinar a trajetória de seu atendimento. Compreender a história desse processo permite mapear o aspecto consolidado e o ponto que demanda aperfeiçoamento institucional e social.

Para apresentar o desenvolvimento desta investigação, o texto se estrutura em quatro seções principais, além desta introdução: a fundamentação teórica, que debate as diretrizes históricas da educação inclusiva no contexto da educação profissional; a metodologia, que

detalha a abordagem qualitativa e a pesquisa bibliográfica realizada nos primeiros passos da pesquisa; os resultados preliminares referentes ao resgates histórico da educação inclusiva no âmbito do IFRN; e, por fim, as considerações finais, que sintetizam o achado e apontam caminhos para futuras pesquisas na área.

## **2 BREVE PANORAMA DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA NA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL**

Segundo Oliveira e Delou (2022, p. 5), a Educação Profissional e Tecnológica (EPT) e a Educação Especial (EE) possuem interconexões em seus processos históricos, sendo marcadas por orientações classistas, assistencialistas e excludentes. As autoras afirmam ainda que essas duas modalidades de ensino “se entrecruzam em alguns momentos históricos da educação voltada às pessoas com demência, nos quais foi priorizada a formação profissional para a inserção laboral”.

Nesse sentido, o estudo propõe, nesta seção, entrelaçar a trajetória histórica do atendimento voltado à pessoa com deficiência com a evolução da educação propedêutica e profissional. Para iniciar essa reflexão, a discussão retoma o período colonial que apresentava, entre outros aspectos, um contexto assistencialista voltado para os chamados "desvalidos da sorte", grupo no qual também se inseriam as pessoas com deficiência no Brasil.

Em 1840, dez governos provinciais criaram as Casas de Educandos Artífices com o intuito de acolher e ensinar algum ofício aos meninos desvalidos. Dentre eles, estavam órfãos maiores de sete anos e crianças com algum tipo de deficiência que residiam na "casa de expostos" – local em que os menores eram acolhidos após o abandono por parte de seus responsáveis.

Silva (2011, p. 27) destaca que o surgimento da educação profissional voltada para pessoas com deficiência iniciou-se formalmente com a criação do Imperial Instituto dos Meninos Cegos, em 1854. A instituição tinha como objetivo promover a educação formal e também cursos como “confecção de vassouras, objetos de vime, além de empalhação e colchoaria, estofaria, encadernação e afinação de piano”. Outro marco foi o Instituto dos Meninos Surdos, criado em 1857, cuja finalidade era a educação literária e o ensino de oficinas manuais, tais como encadernação e sapataria.

Avançando na linha temporal, chega-se ao início do século XX, período em que o governo federal instituiu uma rede de escolas profissionalizantes nos estados devido à demanda necessária para a formação de operários para o trabalho industrial. A finalidade dessa rede era a de “educar pelo trabalho os desvalidos da sorte, com o objetivo de retirá-los da rua, oferecendo-lhes o ensino profissional primário gratuito” (Silva, 2011, p. 30).

Silva (2011) aponta que essa modalidade de formação profissional possuía um viés assistencialista, sustentado na premissa de que o trabalho atuaria como um instrumento de correção moral para indivíduos em situação de marginalização social e cultural. Além de ocorrer à margem do sistema de ensino oficial, essa educação profissional, ao ser formalmente regulamentada no Brasil, passou a excluir explicitamente as pessoas com deficiência do ecossistema de preparação para o mercado de trabalho.

Essa exclusão foi claramente percebida no processo de criação das escolas de Artífices e Aprendizes em 1909, que era

[...] destinadas de preferência aos desfavorecidos da sorte, desde que não apresentassem defeitos que os inabilitassem para o aprendizado do ofício [Decreto N. 7.566 /09]. Esse critério de seleção para o ingresso nas escolas de aprendizes e artífices é confirmado em regulamentações posteriores (decreto n. 9.070 – de 25 de outubro de 1911; decreto n. 13.064 – de 12 de junho de 1918). A condição de “não possuir defeito” para ser admitido no curso deveria ser comprovada com certidões e atestados emitidos por autoridade competente.

Desta forma, podemos perceber que a exclusão e a segregação estavam também presentes na história da educação profissional, fato pontuado por Cabral, Mota e Gomes (2022), ao destacar que tanto a educação regular quanto a profissional apresentavam ações assistencialistas e voltadas para aqueles que estavam à margem da sociedade.

Essa perspectiva assistencialista é ratificada por Januzzi (2004b) citado por Cabral, Mota e Gomes (2022), quando afirma que em pleno século XIX, o foco da aprendizagem era no trabalho manual como garantia de subsistência, e que para as pessoas com deficiência, essa educação profissional torna-se elemento de pauta com o intuito de isentar o Estado da dependência dessas pessoas, diminuindo os gastos com hospitais, asilos, manicômios e penitenciárias.

Desta forma “[...] esse treinamento para o trabalho não possuía o caráter educativo e formativo necessário que propiciasse a elevação do nível de escolarização dos indivíduos, mas reduzia-se à mera aprendizagem de algumas habilidades técnicas” (op.cit, p. 16).

Alguns exemplos dessa configuração são as instituições especializadas criadas, como o Instituto Pestalozzi e as Associações de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE), em que desenvolviam oficinas pedagógicas e produtivas, cujo objetivo era “[...] a de preparar menores desajustados e crianças excepcionais para o trabalho, mas também a de constituir-se como espaço de trabalho (Silva, 2011, p. 40) ”.

Avançando um pouco mais na história do sistema educacional, adentramos no século XX e XXI, cujo paradigma da inclusão tinha eclodido. No âmbito da educação profissional tivemos algumas políticas que demarcaram ações voltadas para a inclusão de pessoas com deficiência na educação e no mercado de trabalho, como por exemplo, o Plano Nacional de Qualificação Profissional – PLANFOR (Fortes, 2021).

Nas palavras de Silva (2011 *apud* Fortes, 2021, p. 137), a forma de atuação do PLANFOR,

[...] ampliou os espaços de Educação Profissional para pessoas com deficiência e imprimiu sua marca e suas diretrizes em outros programas de inclusão, entre eles o Programa de Educação Profissional Especializada da APAEs, o Programa “Deficiência e Competência do SENAC e o Programa do SENAI de ações inclusivas”.

A partir das experiências realizadas, outras propostas políticas foram oficializadas como o TECNEP - TecNep – Educação, Tecnologia e Profissionalização para Pessoas com Necessidades Educacionais Especiais – uma proposta que possibilitou a criação do Núcleo de Apoio aos Alunos com Necessidades Educacionais Especiais (NAPNE), implantados em, praticamente todos os Institutos Federais.

No âmbito do Instituto Federal do Rio Grande do Norte, essa diretriz nacional assumiu contornos específicos e dinâmicas próprias, centralizadas historicamente na atuação do Campus Natal-Central (IFRN-CNAT). Por conseguinte, a compreensão de como essa política institucional se consolidou localmente requer um resgate cronológico e analítico das primeiras ações inclusivas desenvolvidas pela instituição.

### **3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS**

A pesquisa em tela encontra-se em processo de desenvolvimento, tendo como ponto de partida a pesquisa bibliográfica que, segundo Marconi e Lakatos (2017, p. 45), se configura como "[...] um ato de buscar diretrizes teóricas que fundamentem o objeto de estudo, conferindo-lhe sustentação científica e evitando a duplicação de esforços sobre problemas já solucionados."

As fontes pesquisadas versaram sobre as primeiras ações voltadas para o atendimento às pessoas com deficiência no IFRN, como por exemplo, Lima (2018) e Oliveira (2006)

### **4 RESULTADOS E DISCUSSÕES**

A trajetória do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte (IFRN), campus Natal-Central, em relação ao atendimento de pessoas com deficiência, é marcada por avanços significativos, desafios constantes e uma construção coletiva em prol da inclusão escolar. Com mais de cem anos de história, o IFRN tem se mostrado uma instituição preocupada em garantir acesso, permanência e sucesso para todos os seus estudantes, inclusive aqueles com necessidades educacionais específicas.

Apesar de as discussões sobre inclusão escolar serem relativamente recentes no cenário educacional brasileiro, o IFRN vem assumindo uma postura ativa, alinhada às políticas públicas nacionais e internacionais voltadas para a inclusão, o que foi incentivado a partir dos anos 2000, quando a instituição começou a estruturar ações mais concretas, especialmente com a criação de seu Núcleo de Apoio às pessoas com NEE, espaço pedagógico voltado ao acolhimento e ao suporte dos estudantes.

Contudo, Lima (2018) destaca que no ano de 1996, a então Escola Técnica Federal do Rio Grande do Norte - ETFRN, desenvolveu uma experiência pioneira voltada para a inclusão de pessoas com deficiência, a partir da oferta do curso de joalheria e artesanato mineral.

Esse curso era caracterizado como um dos cursos educação inicial e continuada, com carga horária variável entre 20 e 100 horas (Musse, 2006 apud Lima, 2018), que teve a participação de pessoas com deficiência auditiva, deficiência física e deficiência intelectual.

Apesar disso, Musse (2006) mencionado por Lima (2018), destaca que esse curso possibilitava apenas a capacitação da técnica de como fazer, sem suporte da base científica e sem acompanhamento posterior à capacitação e inserção no mundo do trabalho.

Lima (2018) destaca que sob a institucionalidade de Centro Federal de Educação - CEFET e em atendimento às recomendações do TEC NEP, foi criado oficialmente no ano de 2005, o Núcleo de Inclusão, com sede no campus Natal-Central (Portaria N. 285/2005-DG/CEFET-RN) objetivo de desenvolver, articular e apoiar as ações de inclusão no então CEFET-RN. Este núcleo tinha como objetivo ofertar cursos de Formação Continuada para servidores, bem como promoção de eventos na temática da educação inclusiva, acessibilidade e outras demandas que possibilitasse a inclusão de alunos com deficiência.

Avançando um pouco na história do atendimento a pessoas com deficiência, o ano de 2005, sob a institucionalidade de Centro Federal de Educação Tecnológica do Rio Grande do Norte (CEFET-RN) e em atendimento ao Programa/Ação TEC NEP, foi criado por meio da Portaria de número 285/2005, o Núcleo de Inclusão, cujo objetivo era desenvolver, articular e apoiar as ações de inclusão no então CEFET-RN.

A criação do IFRN em 2008, no âmbito da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, possibilitou a ampliação da inclusão que passa a abranger desde cursos de Formação Inicial e Continuada (FIC), passando pelos cursos técnicos de nível médio, pelos cursos superiores de tecnologia, licenciaturas e bacharelados, até alcançar a pós-graduação stricto sensu, estimulados também pela Lei de Cotas. Esse percurso evidencia que a pessoa com deficiência não deve ser limitada a formações de menor complexidade, mas pode e deve acessar todos os níveis da educação profissional e acadêmica

O IFRN, nesse processo, assume a perspectiva da educação inclusiva como princípio institucional, o que implica reconhecer a diversidade de seus estudantes e promover ações que garantam igualdade de oportunidades.

Diante desse contexto e considerando as políticas de inclusão preconizadas nacionalmente, o IFRN criou em 2012 o NAPNE. A autora em tela destaca que no primeiro ano de criação do núcleo, foram realizados mapeamentos dos alunos com deficiência matriculados na instituição, em parceria com estudantes dos cursos de Licenciatura em Geografia e Física.

Neste levantamento, foram obtidos as seguintes informações:

Dentre os participantes da pesquisa, 5% se declararam como portadoras de algum tipo de deficiência. Entre os alunos que se declararam com deficiência, a maioria, 64,1%, se declarou como deficiente visual. Todos os tipos de deficiência foram identificados entre os alunos: motora (7,7%), auditiva (5,1%), mental (5,1%), múltipla (2,6%), altas habilidades (7,7%), superdotação (7,7%) (Musse, 2006, p. 112 *apud* Lima, 2018, p. 47).

Pode-se perceber a preocupação institucional do atendimento frente aos alunos com deficiência, que desencadeou várias frentes de atuação, como cursos de formação docente, eventos e portarias.

Avançando um pouco na história do atendimento a pessoas com deficiência, o ano de 2005, sob a institucionalidade de Centro Federal de Educação Tecnológica do Rio Grande do Norte (CEFET-RN) e em atendimento ao Programa/Ação TEC NEP, foi criado por meio da Portaria nº 285/2005, o Núcleo de Inclusão, cujo objetivo era desenvolver, articular e apoiar as ações de inclusão no então CEFET-RN.

Lima (2018, p. 55) atesta que de 2006 até o ano de 2011 não foram publicadas portarias “institucionais com referência à composição do, então denominado, Núcleo de Inclusão, ou à criação do NAPNE no IFRN. Este hiato terminou em 2012, ano da publicação do PPP do IFRN, e da criação oficial dos NAPNE no âmbito dos Campi deste Instituto”.

Sobre esse núcleo, Pereira (2025, p. 83), ele

[...] pode ser entendido como um conjunto de ações voltadas para o atendimento de estudantes com necessidades educacionais especiais no âmbito do ensino técnico e superior. Pensa-se na promoção da inclusão, bem como na permanência e no sucesso educacional desses alunos, por meio de ações pedagógicas, sociais e voltadas à acessibilidade. Além disso, busca-se sensibilizar a comunidade acadêmica sobre a importância da diversidade e da igualdade de oportunidades no ambiente educacional, destacando a necessidade de que os alunos e demais membros do instituto compreendam o papel e a relevância desse núcleo

Apesar da evidência de avanços frente ao atendimento aos alunos com deficiência no instituto, Rodrigues (2010) afirma que existiram vários obstáculos, como a falta de formação continuada para todos os professores, estrutura física nem sempre acessível e carência de profissionais especializados em tempo integral. A autora ressalta que, para garantir a inclusão real, é necessário mais do que adaptar conteúdos: é preciso transformar a cultura institucional.

## 4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente pesquisa permitiu evidenciar que a trajetória da inclusão de pessoas com deficiência no IFRN, Campus Natal-Central, constitui um processo histórico em constante construção, marcado por avanços institucionais, desafios permanentes e pela busca contínua por práticas educacionais mais inclusivas.

Embora importantes conquistas tenham sido alcançadas ao longo desse percurso, observa-se a necessidade de ampliação das ações voltadas à formação continuada dos profissionais, ao fortalecimento da acessibilidade arquitetônica e digital, à produção de materiais didáticos acessíveis e, sobretudo, à participação ativa dos estudantes com deficiência nos processos de construção das políticas institucionais.

Por se tratar de uma temática ainda pouco explorada, este estudo não esgota as possibilidades de investigação, ao contrário, revela a necessidade de novas pesquisas que aprofundem a compreensão sobre os processos de inclusão no IFRN, contribuindo para o registro de sua memória institucional e para o aprimoramento das práticas educacionais inclusivas. Nesse sentido, espera-se que os resultados apresentados possam fomentar reflexões, subsidiar futuras investigações e fortalecer a construção de uma educação cada vez mais democrática, equitativa e acessível a todos.

## REFERÊNCIAS

FORTES, Vanessa Gosson Gadelha de Freitas. **Formação continuada de professores do Ensino Médio Integrado na perspectiva da inclusão escolar de aluno com deficiência visual**. 1 ed. Curitiba: Appris, 2021.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de metodologia científica**. 8. ed. São Paulo: Atlas, 2017.

MARTINS, Lúcia de Araújo Ramos. **História da Educação de Pessoas com Deficiência: da antiguidade ao início do século XXI**. Campinas, SP: Mercado das Letras, 2015.

OLIVEIRA, Narla S. Musse. A educação profissional de Pessoas com Necessidades Educacionais Especiais no CEFET-RN sob a luz do Decreto 5154/2004. *In: SEMINÁRIO NACIONAL EDUCAÇÃO, TECNOLOGIA E PROFISSIONALIZAÇÃO PARA PESSOAS COM NECESSIDADES EDUCACIONAIS ESPECIAIS – PROGRAMA TEC NEP, 2006,*

---

Brasília-DF. **Anais do Seminário Nacional Educação, Tecnologia e Profissionalização para Pessoas com Necessidades Educacionais Especiais – Programa Tec Nep**, 2006. p. 86.

OLIVEIRA, Wanessa Moreira de; DELOU, Cristina Maria Carvalho. A educação profissional e tecnológica, os institutos federais e a inclusão. **Educação Profissional e Tecnológica em Revista**, Vitória, v. 6, n. 2, p. 4-25, 2022. DOI: 10.36524/profept.v6i2.1622.

PEREIRA, Glicia de Souza. P436t **A trajetória da inclusão de pessoas com necessidades educacionais específicas na educação profissional do Rio Grande do Norte: do CEFET ao IFRN (2000 a 2018)**. Dissertação (mestrado) – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte, Natal, 2025

RODRIGUES, Maria Rita Vitor Martins. **Trajatória do IFRN em inclusão escolar**. Dissertação. Natal, UFRN. 2010.

SILVA, Izaura Maria de Andrade da. **Políticas de Educação Profissional para Pessoas com Deficiência**. 2011. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2011. Disponível em: [https://repositorio.ufmg.br/bitstream/1843/FAEC8M4M2S/1/tese\\_izaura\\_silva\\_2011.pdf](https://repositorio.ufmg.br/bitstream/1843/FAEC8M4M2S/1/tese_izaura_silva_2011.pdf). Acessado em: 30 agosto. 2024.